

Nº 157

**Tendências demográficas
mostradas pela PNAD 2011**

11 de outubro de 2012

Comunicados do Ipea

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República
Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto
Cláudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Francisco de Assis Costa

Diretora de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação, Substituto
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do Ipea.

Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sobre os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados da Presidência* e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do Ipea.

URL: <http://www.ipea.gov.br>
Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011*

1. INTRODUÇÃO

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 confirmam a tendência demográfica em curso no país desde os anos 1970: desaceleração no ritmo de crescimento de sua população e mudanças expressivas em sua estrutura etária, no sentido de seu envelhecimento.

A população brasileira registrou as mais elevadas taxas de crescimento no período 1950-1970: em torno de 3,0% ao ano¹. A partir daí, essas taxas passaram a experimentar forte declínio, como resultado de uma redução acentuada nos níveis de fecundidade, iniciada na segunda metade dos anos 1960. Tal redução mais do que compensou a queda da mortalidade em curso, verificada no país desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Estima-se para esta década uma taxa média de 0,7% ao ano; menos de um quarto da observada para o período 1950-1970.

O envelhecimento populacional significa uma alteração na proporção da população dos diversos grupos etários no total da população. Por exemplo, em 1940 a população idosa representava 4,1% da população total brasileira, e passou a representar 12,1% em 2011. O contingente, em valores absolutos, aumentou de 1,7 milhão para cerca de 23,5 milhões no mesmo período. Por outro lado, diminuiu a proporção da população jovem. A população menor de 20 anos passou a apresentar uma diminuição no seu contingente em termos absolutos e relativos. Esta tendência acentuar-se-á nas próximas décadas.

O presente trabalho incorpora os dados coletados pela PNAD de 2011 nas análises previamente feitas sobre as tendências passadas e futuras da dinâmica demográfica brasileira, discute as mudanças na composição dos arranjos familiares e nas condições de vida da população idosa². Para isso, o texto está organizado em sete seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção apresenta o comportamento recente da dinâmica populacional e uma projeção da população total e da em idade ativa para o período 2000-2040. A seção três descreve as tendências recentes da fecundidade, com destaque para a fecundidade na adolescência na seção quatro. A quinta discute as mudanças observadas nos arranjos familiares e no papel social da mulher. A seção seguinte, seis, destaca as mudanças observadas nas condições de vida da população idosa.

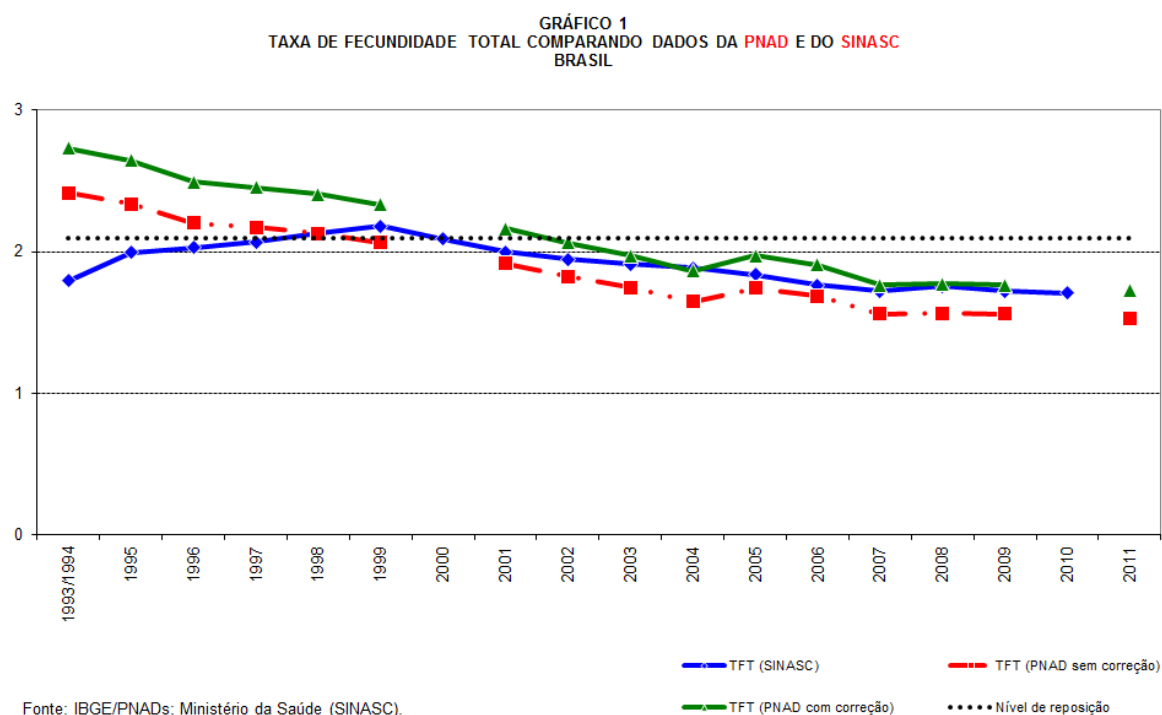
* Participaram da elaboração deste Comunicado a técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea Ana Amélia Camarano e a bolsista PNPD do Ipea Solange Kanso.

¹ Isto é, considerando-se o período para o qual existem dados. Ver, por exemplo, Camarano e Kanso (2011) e Ipea (2006, capítulo 2).

² Ver, por exemplo, Camarano e Kanso (2011).

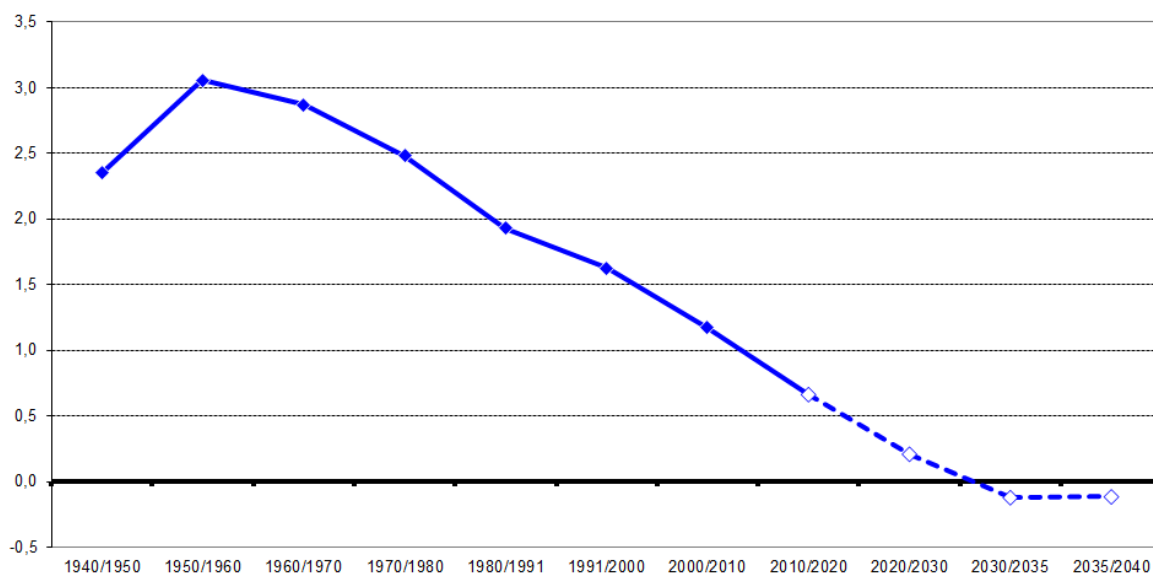
2. TENDÊNCIAS DA FECUNDIDADE E SEU IMPACTO NO CONTINGENTE POPULACIONAL

Os resultados da PNAD de 2011 mostram a continuação da tendência de queda da taxa de fecundidade total (TFT), embora mais suave do que a observada na primeira metade da década passada. A taxa estimada para 2011, 1,7 filho por mulher, está bem abaixo da taxa considerada de reposição (gráfico 1). Dado que a metodologia para o cálculo da taxa de fecundidade pressupõe uma correção do erro do período de referência nos dados coletados pela PNAD, correção essa que afeta os resultados obtidos, optou-se por apresentar, também no gráfico 1, os dados sem correção. A tendência mostrada é a mesma nos dois casos. Estão incluídas, também, nesse gráfico, as taxas de fecundidade calculadas com os dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) do Ministério da Saúde. Estas também apresentaram a mesma tendência mostrada pelos dados das PNADs. Os valores das taxas obtidas com os dados da PNAD corrigidos coincidem com as calculadas com as informações provenientes do SINASC em 2011.



A queda mencionada na fecundidade iniciou-se na segunda metade dos anos 1960 e está resultando em uma desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira e provocando importantes mudanças na sua estrutura etária. Esta poderá diminuir a partir de 2030 e apresentar uma população superenvelhecida, reproduzindo a experiência de vários países da Europa Ocidental, da Rússia, do Japão etc (gráfico 2).

GRÁFICO 2
TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
1940 A 2040

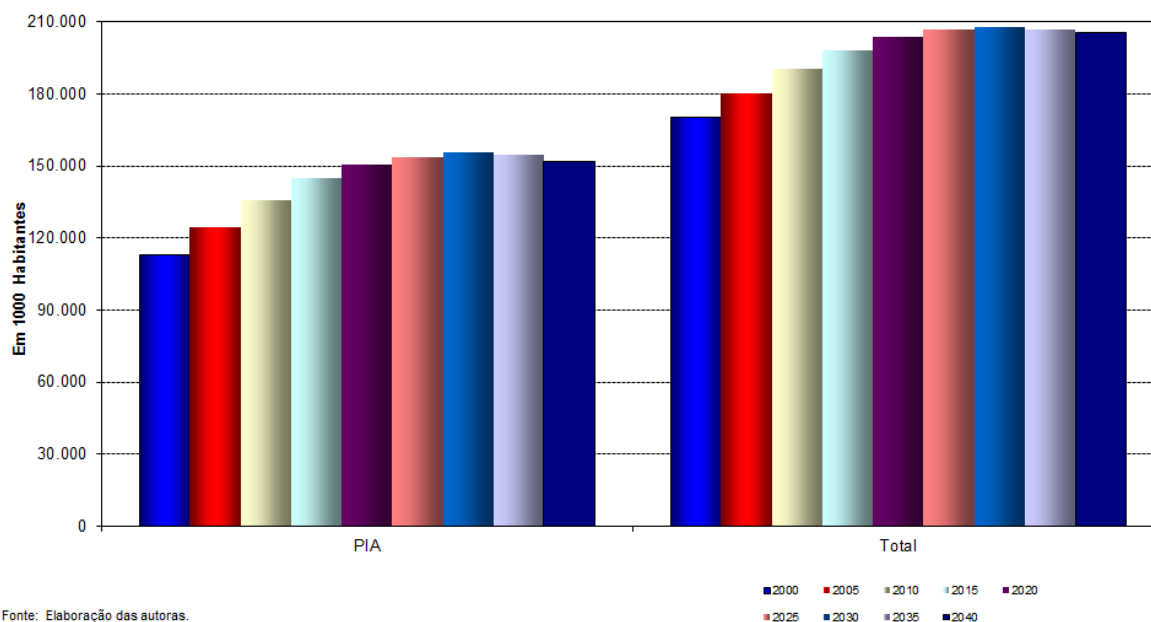


Fonte: IBGE/Censos Demográficos. Elaboração das autoras.

Com os resultados da fecundidade apontados pela PNAD, atualizou-se a projeção realizada em 2010³. Os resultados indicam que a população brasileira poderá atingir o seu máximo em 2030, um contingente de aproximadamente 208,0 milhões. Espera-se para 2040 um contingente menor, 205,6 milhões (gráfico 3). A redução atingirá também a oferta de força de trabalho, cujo máximo deverá ocorrer, também, em 2030, com valores em torno de 156 milhões. Já em 2040, esse valor não deverá ultrapassar 152 milhões. Esses contingentes são resultado, principalmente, da dinâmica da fecundidade e da mortalidade, em curso ao longo do século XX e início do XXI. Ou seja, a diminuição da mortalidade acompanhada pela queda na fecundidade. Comparado à experiência europeia, o movimento de passagem de um estágio de taxas de mortalidade e de fecundidade elevadas a um de mortalidade e fecundidade baixas estaria acontecendo no Brasil em velocidade acelerada.

³ Para detalhes sobre a projeção mencionada, consulte Camarano e Kanso (2011).

GRÁFICO 3
POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA PROJETADA
BRASIL, 2000 A 2040

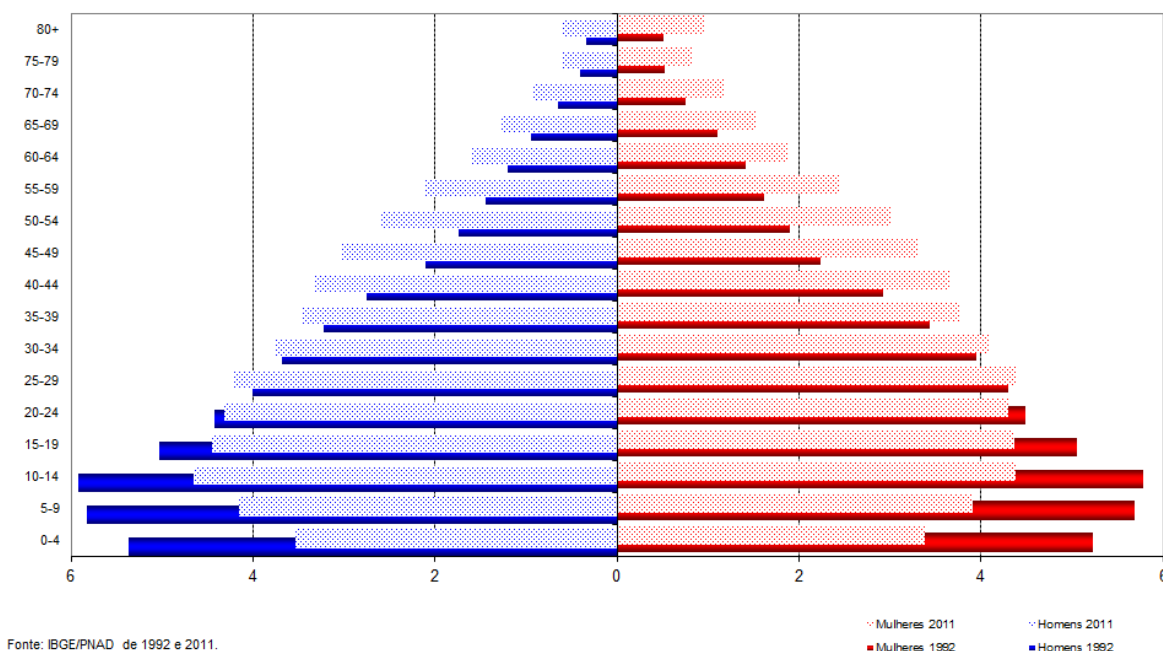


As altas velocidades da queda da fecundidade e da mortalidade resultam, também, em mudanças rápidas na distribuição etária da população brasileira no sentido do seu envelhecimento. Isso significa uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Pode se observar no gráfico 4 que a população menor de 15 anos que fora responsável por 33,8% da população total, em 1992, passou a constituir 23,1% desta população, em 2011. A população em idade ativa⁴ também aumentou sua participação, tendo passado de 63,0% para 71,5%. Mas envelheceu. A idade média desse segmento aumentou de 34,7 anos para 37,5. Por outro lado, a população idosa que respondia por 7,9% da população em idade ativa brasileira passou a responder por 12,1%⁵.

⁴ A população em idade ativa refere-se às pessoas entre 15 e 69 anos de idade.

⁵ Por população idosa considerou-se pessoas com 60 anos ou mais de idade, como estabelecido pelo Estatuto do Idoso.

GRÁFICO 4
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO
BRASIL, 1992 E 2011



Sob o ponto de vista demográfico, o envelhecimento populacional é o resultado da manutenção, por um período de tempo razoavelmente longo, de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. Isto implica uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Além do envelhecimento da população total, a população idosa também envelheceu. A proporção da população “mais idosa”, de 80 anos ou mais, está aumentando também, alterando a composição etária no próprio grupo. Sua participação na população brasileira passou de 0,9% para 1,7%, entre 1992 e 2011. Embora o percentual seja baixo, fala-se de 3,2 milhões de pessoas com 80 anos ou mais. Isso leva a uma heterogeneidade do segmento idoso, pois este passa a incluir pessoas de 60 a mais de 100 anos de idade. Em termos de políticas públicas, pode-se esperar um aumento na demanda por cuidados de longa duração e por serviços de saúde, além de requerer pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais por um período de tempo mais longo.

As perspectivas vislumbradas nas projeções mencionadas são de acelerado envelhecimento populacional, como mostra o gráfico 5. Alguns grupos populacionais já estão experimentando taxas negativas de crescimento – aqueles com idade abaixo de 30 anos –, e continuarão a experimentar, e outros passarão a experimentar ao longo do período da projeção. A partir de 2030, os únicos grupos populacionais que deverão apresentar crescimento positivo serão os com idade superior a 45 anos (gráfico 6).

GRÁFICO 5
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE
BRASIL, 2010 E 2040

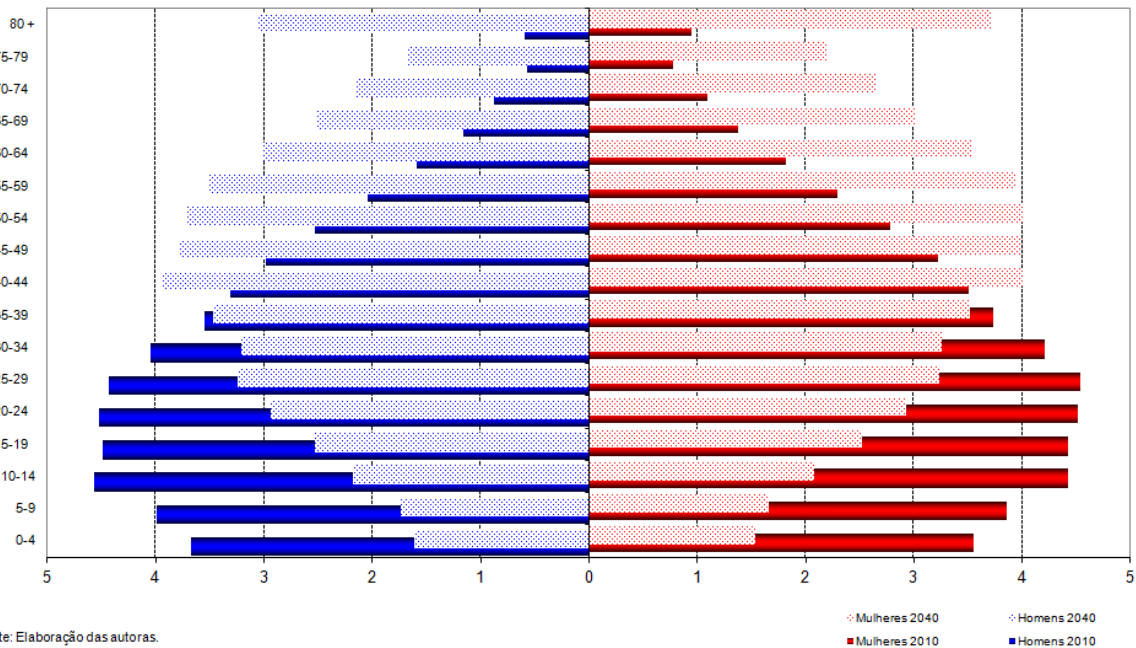
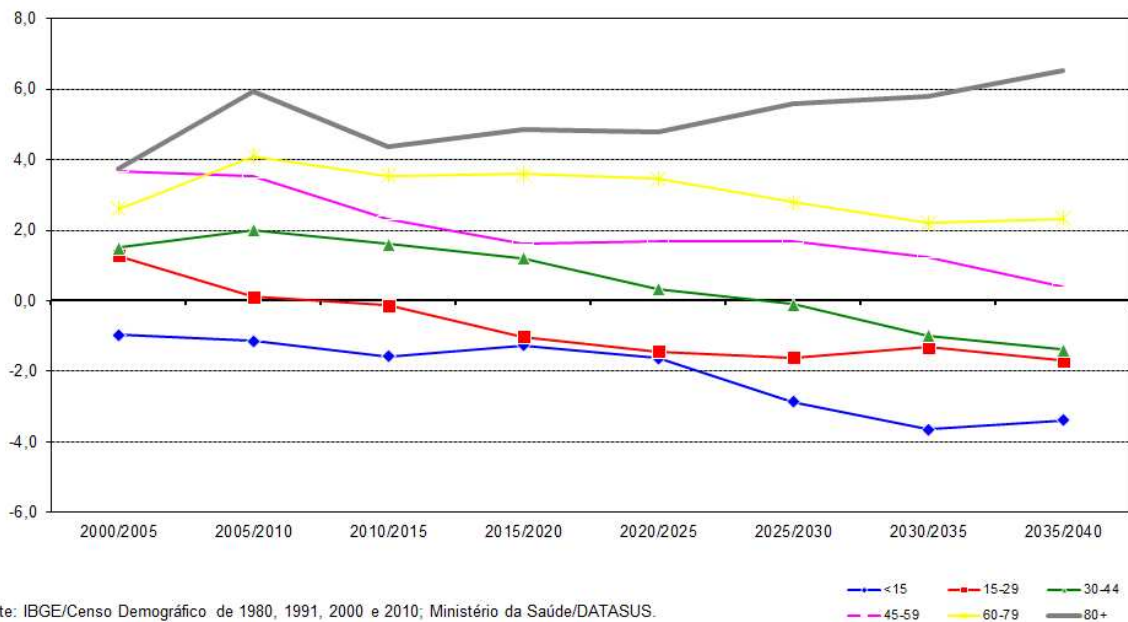


GRÁFICO 6
TAXA DE CRESCIMENTO POR GRUPO ETÁRIO
BRASIL, 2000 A 2040



A população em idade ativa (PIA), considerada entre 15 e 69 anos, como mostrado no gráfico 3, também crescerá até 2030 e, a partir daí, deverá diminuir. A participação do grupo jovem (15-29 anos) atingiu o seu máximo em 2000 e espera-se que decline substancialmente a partir de 2030. Espera-se que a participação relativa da PIA adulta (30-

44 anos) permaneça aproximadamente estável até 2040, mas que o seu contingente cresça em valores absolutos. Já a PIA madura e idosa deverá experimentar um aumento tanto em valores absolutos quanto em sua participação no total da PIA. Isso colocará pressões diferenciadas no mercado de trabalho, que demandarão políticas de capacitação continuada, saúde ocupacional, redução de preconceitos em relação ao trabalho do idoso, dentre outras.

3. DESIGUALDADES NA FECUNDIDADE

A queda da fecundidade se estendeu a todas as regiões do país e a todos os grupos sociais, mas com ritmo diferenciado. O primeiro diferencial considerado foi por regiões, como mostra o gráfico 7⁶. Este compara a taxa de fecundidade total das cinco regiões brasileiras em 1992 e 2011. Em 1992, a mais alta taxa foi verificada na região Nordeste e, em 2011, na região Norte. No entanto, embora nesta região se verifique a taxa mais alta, ela já atingiu um valor abaixo ao de reposição (2,0). Nos dois anos considerados, a taxa mais baixa foi observada na região Sudeste, sendo que no último ano o valor alcançado foi de 1,6 filho, valor este semelhante ao observado na região Sul (1,7). Os diferenciais regionais também diminuíram no período. Em 1992, uma mulher nordestina tinha 1,2 filho a mais que uma residente na região Sudeste. Esse diferencial caiu para 0,2 filho em 2011. Já o diferencial entre as mulheres nortistas e as do Sudeste foi de 0,4 filho em 2011. Sumarizando, pode-se dizer que a fecundidade de todas as regiões brasileiras já atingiu níveis abaixo aos de reposição e está tendendo a uma convergência. Os dados sem correção confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos.

⁶ O gráfico 7A apresenta as mesmas taxas sem correção.

GRÁFICO 7
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR REGIÕES **COM CORREÇÃO**
BRASIL, 1992 E 2011

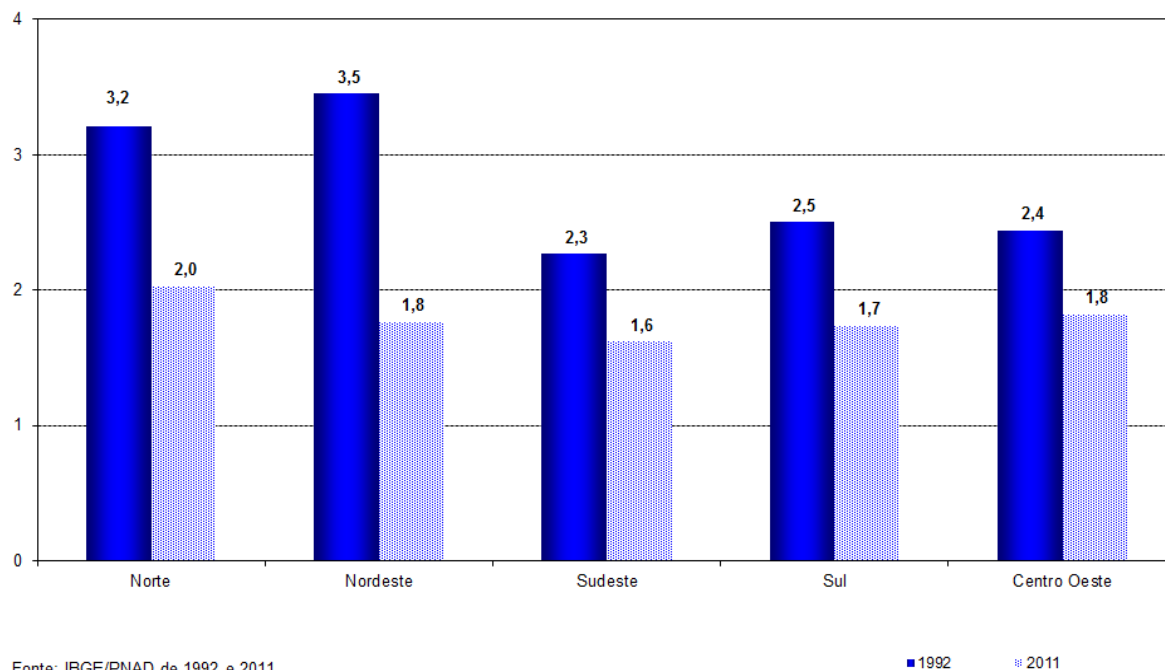
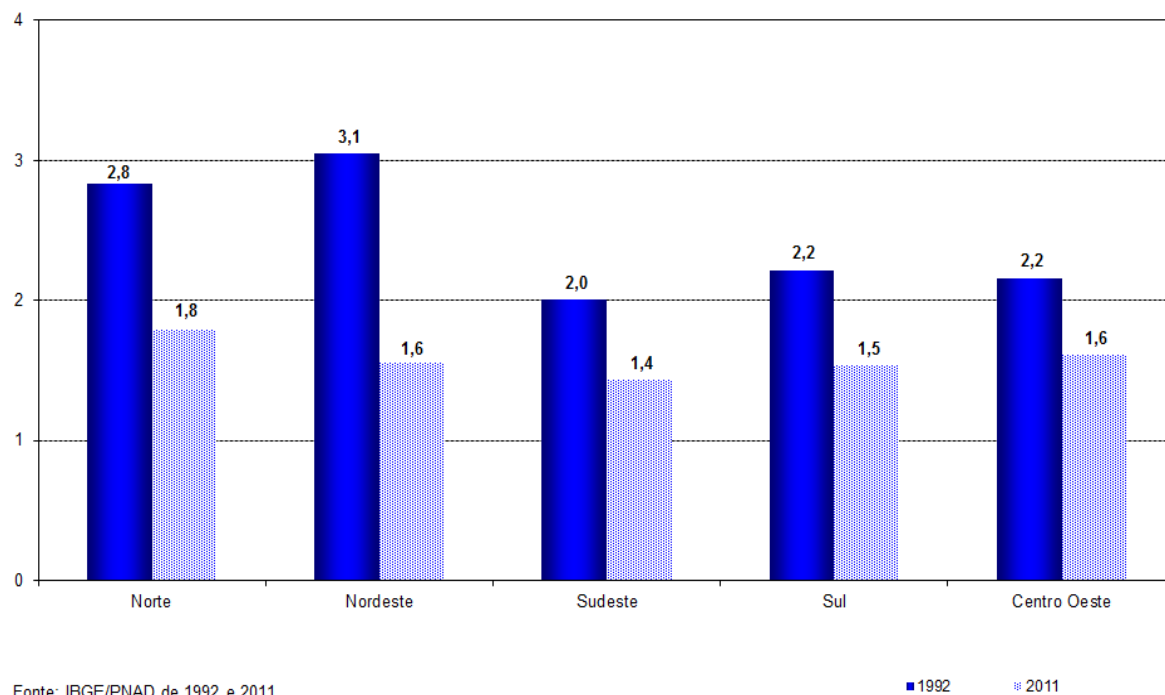


GRÁFICO 7A
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR REGIÕES **SEM CORREÇÃO**
BRASIL, 1992 E 2011



O segundo diferencial considerado foi por nível de renda familiar, que está mostrado no gráfico 8⁷. Como esperado, a fecundidade é mais elevada nas camadas de renda mais baixa, mas esses diferenciais também estão diminuindo ao longo do tempo. Em 1992, era de

⁷ O gráfico 8A apresenta as mesmas taxas sem correção.

3,3 a diferença no número de filhos tidos entre as mulheres de renda mais baixa e as de renda mais alta. Esse diferencial reduziu-se para 2,7 em 2011. Salienta-se que as mulheres de renda mais alta estão experimentando taxas de fecundidade extremamente baixas, semelhante a países como Itália, Espanha e Japão (0,9 filho por mulher). Os dados sem correção confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos.

GRÁFICO 8
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR QUINTIL DE RENDA COM CORREÇÃO
BRASIL, 1992 E 2011

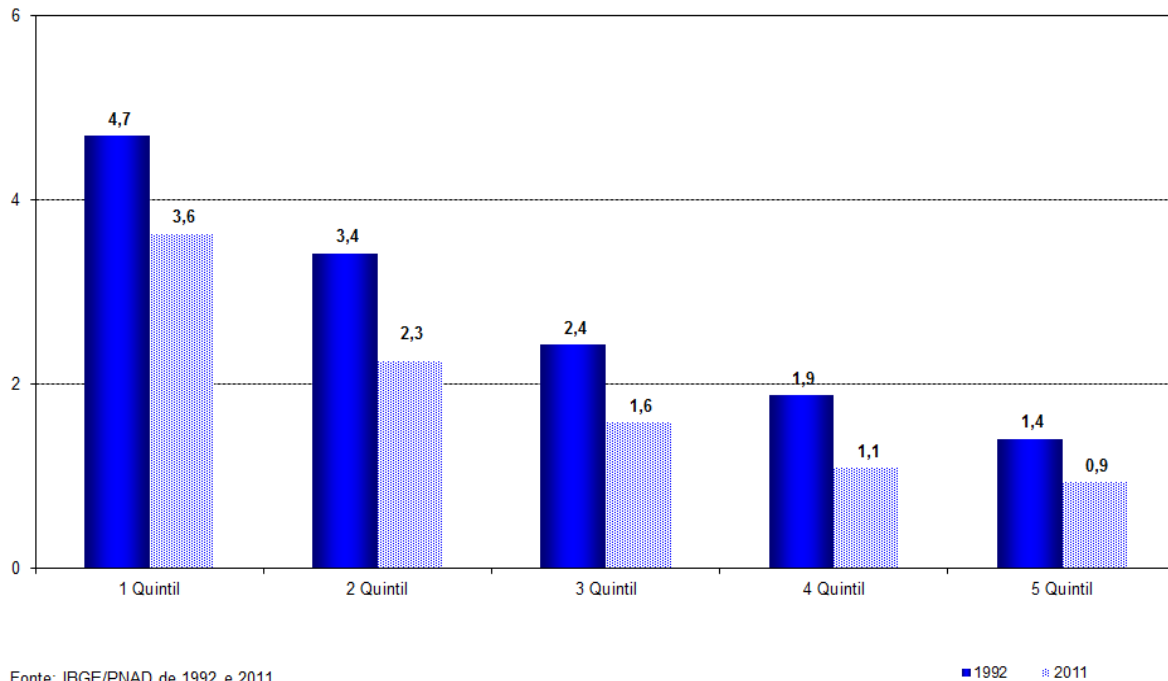
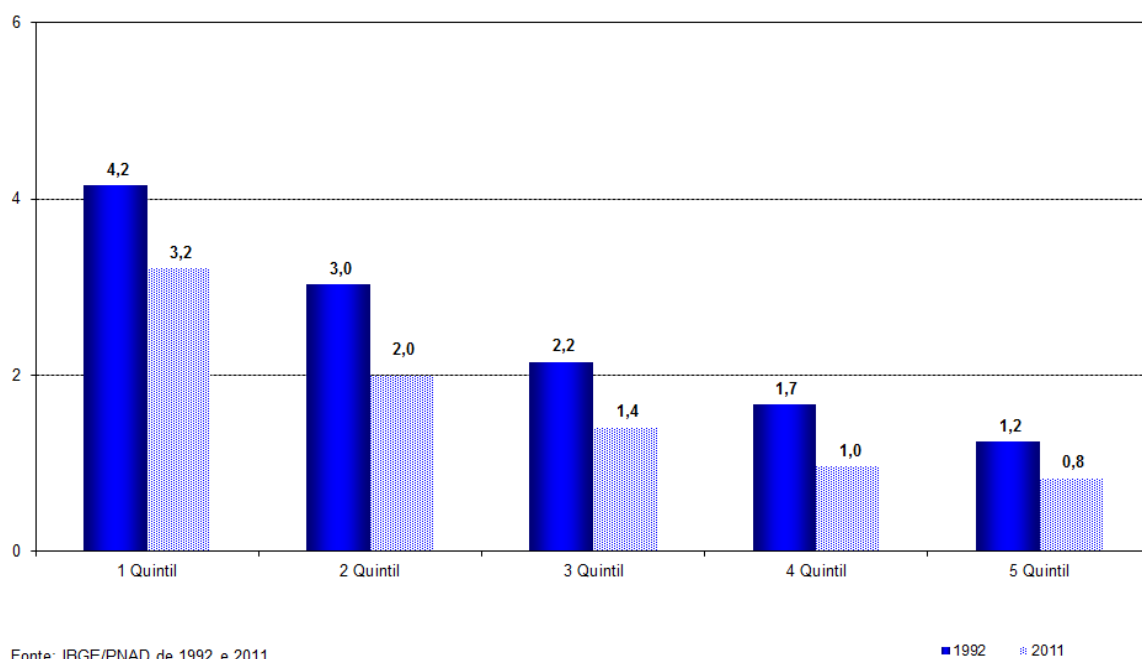


GRÁFICO 8A
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR QUINTIL DE RENDA SEM CORREÇÃO
BRASIL, 1992 E 2011



O último diferencial considerado foi por anos de estudo. Como no caso da renda, uma maior escolaridade leva a uma taxa de fecundidade mais baixa, o que está mostrado no gráfico 9⁸. A fecundidade também diminuiu em todos os grupos considerados. Em 1992, uma mulher com o nível de educação mais baixo tinha 1,6 filho a mais que as com escolaridade mais alta. Em 2011, esse diferencial se reduziu para 1,0. A fecundidade dessas atingiu 1,3 filho por mulher. Os dados sem correção confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos.

GRÁFICO 9
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR ANOS DE ESTUDO COM CORREÇÃO
BRASIL, 1992 E 2011

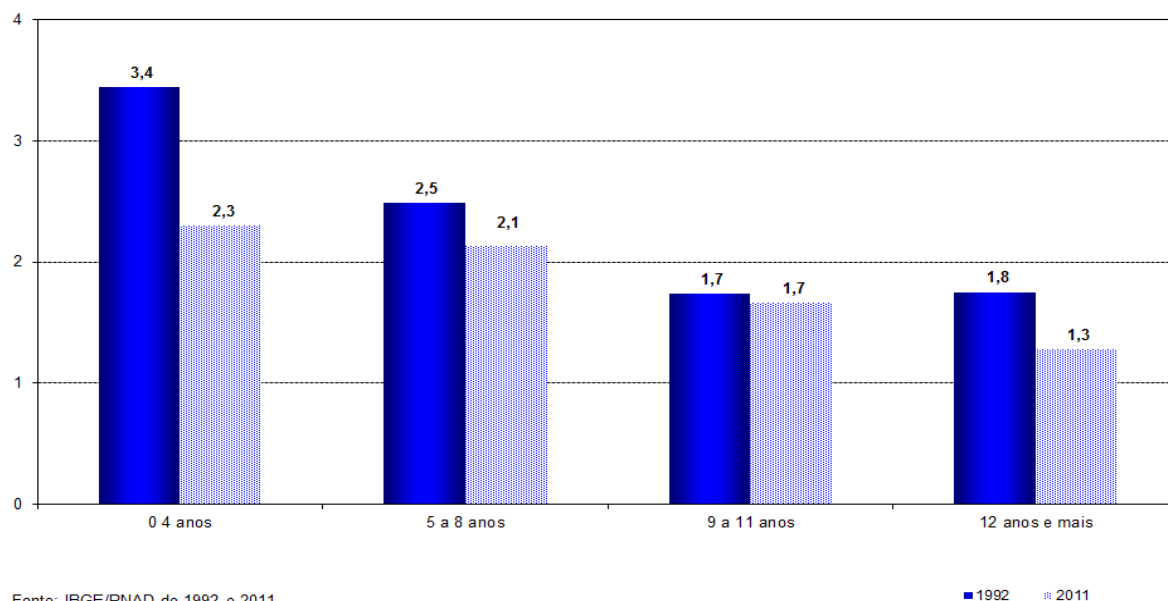
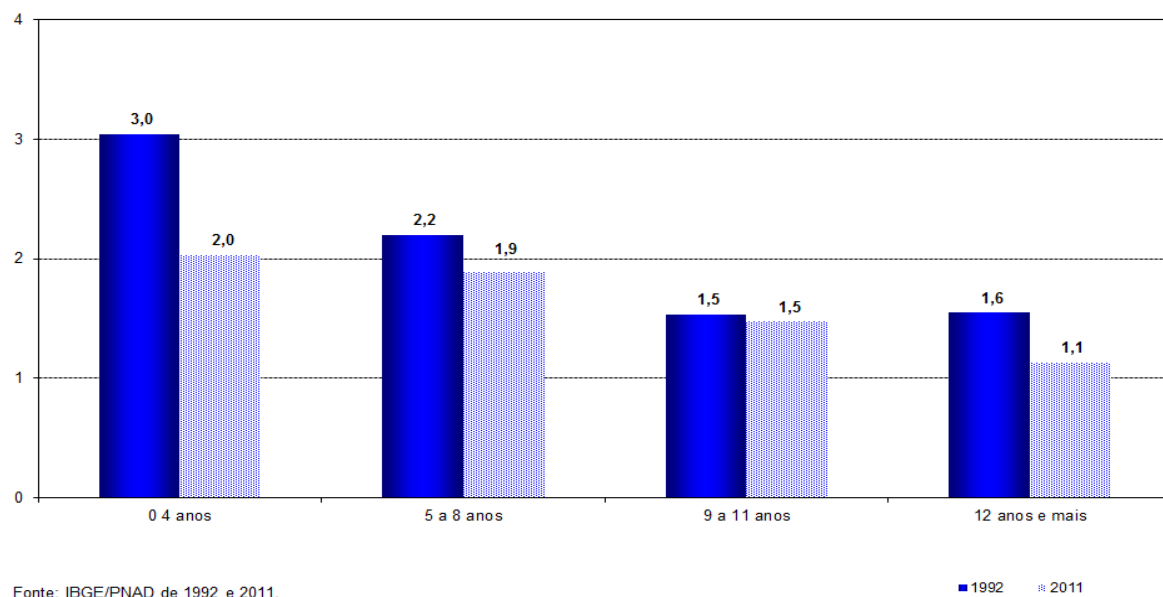


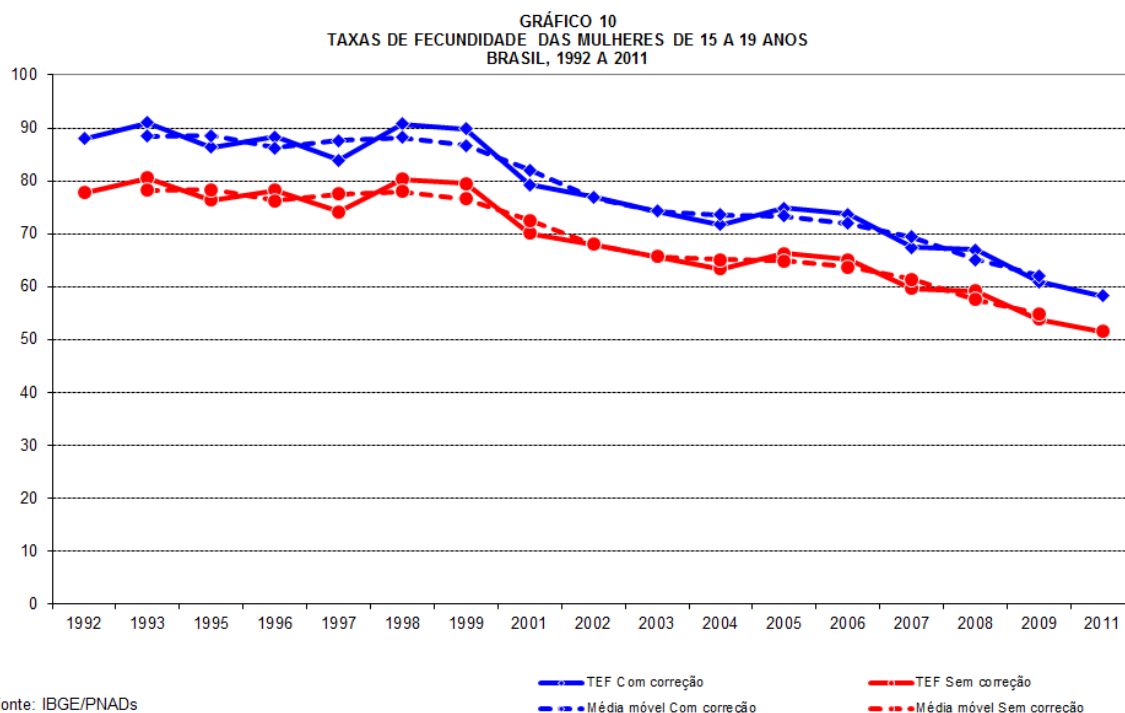
GRÁFICO 9A
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR ANOS DE ESTUDO SEM CORREÇÃO
BRASIL, 1992 E 2011



⁸ O gráfico 9A apresenta as mesmas taxas sem correção.

4. A FECUNDIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Considerando o período analisado, a queda mencionada da fecundidade ocorreu em todos os grupos de idade, inclusive entre as mulheres de 15 a 19 anos. Esse decréscimo não foi linear no período, pois se observou um aumento nesse indicador na segunda metade dos anos 1990 e uma reversão nessa tendência a partir de 2001. Em 1992, para cada 1.000 mulheres de 15 a 19 anos, observaram-se 88 filhos nascidos vivos. Em 2011, essa taxa se reduziu para 58 filhos nascidos vivos por mil mulheres (gráfico 10).



A fecundidade das adolescentes declinou em todas as regiões do país, como se pode ver no gráfico 11, que compara 1992 com 2011⁹. O maior decréscimo foi observado na região Nordeste. A fecundidade mais elevada foi observada na região Norte nos dois anos considerados. Em 1992, a taxa mais baixa foi observada na região Sudeste, e em 2011 nesta região e também na Sul. O diferencial entre as regiões diminuiu no período considerado. Os dados sem correção confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos.

⁹ O gráfico 11A apresenta as mesmas taxas sem correção.

GRÁFICO 11
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS POR REGIÕES COM CORREÇÃO
BRASIL, 1992 E 2011

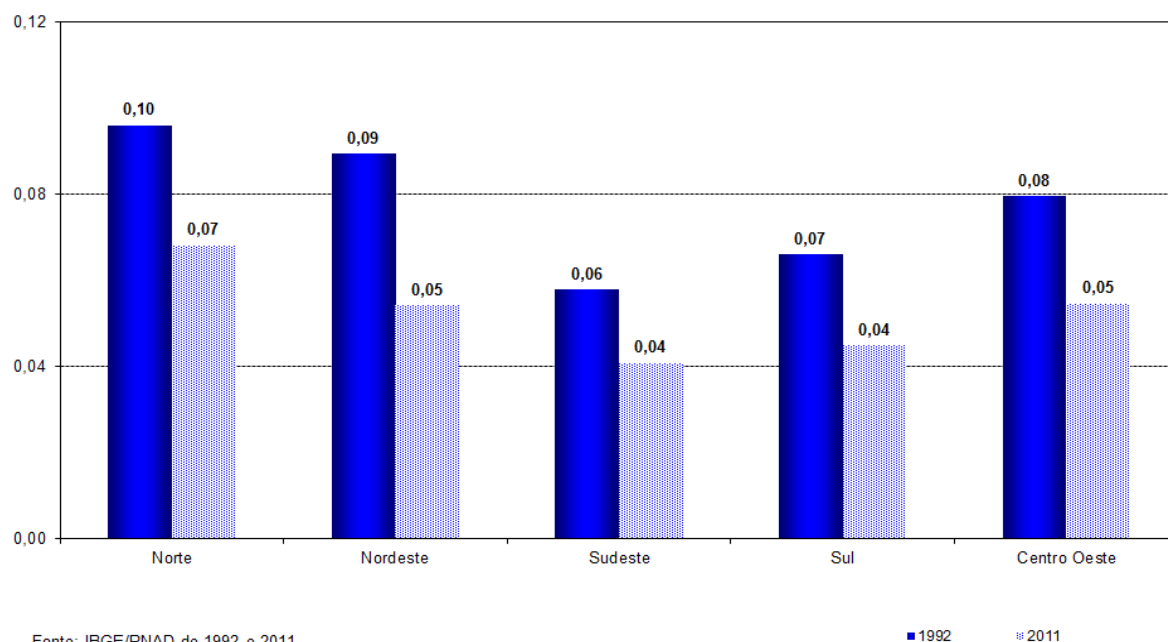
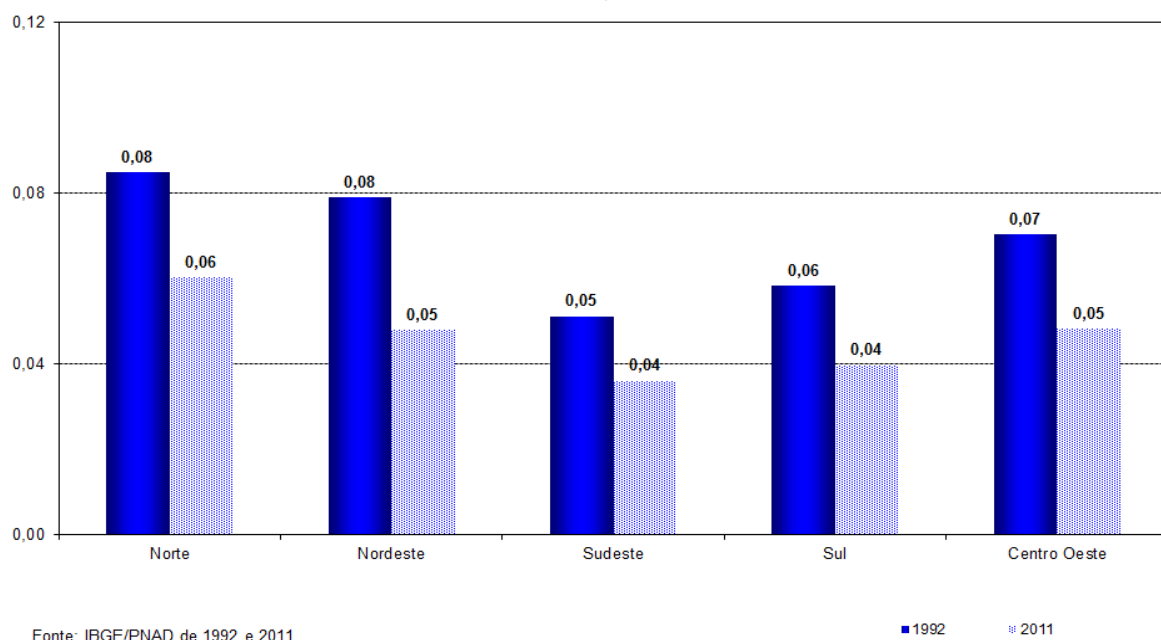


GRÁFICO 11A
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS POR REGIÕES SEM CORREÇÃO
BRASIL, 1992 E 2011



Com relação aos diferenciais por renda nesse indicador, em 2011, como esperado, as taxas mais elevadas foram observadas para as jovens localizadas no quintil de renda mais baixo. O inverso se verificou para as taxas do quintil de renda mais alto. A fecundidade declinou em todos os grupos de mulheres no período considerado, mas os diferenciais por renda não se ampliaram (gráficos 12 e 12A)¹⁰.

¹⁰ O gráfico 12A apresenta as mesmas taxas sem correção.

GRÁFICO 12
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS POR QUINTIL DE RENDA **COM CORREÇÃO**
BRASIL, 1992 E 2011

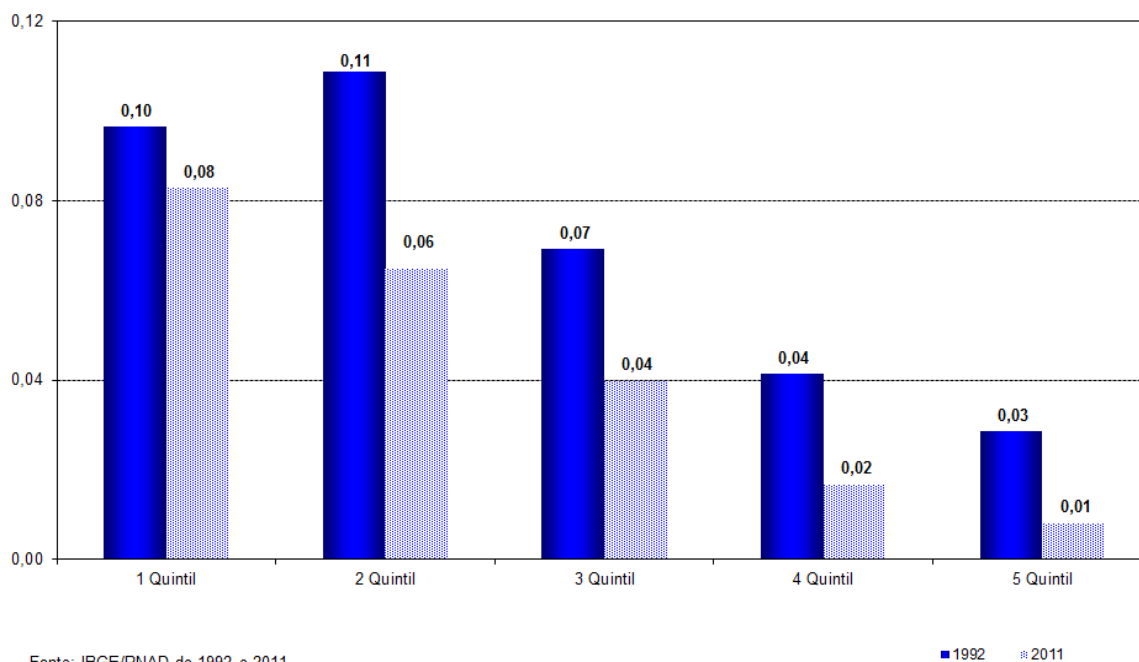
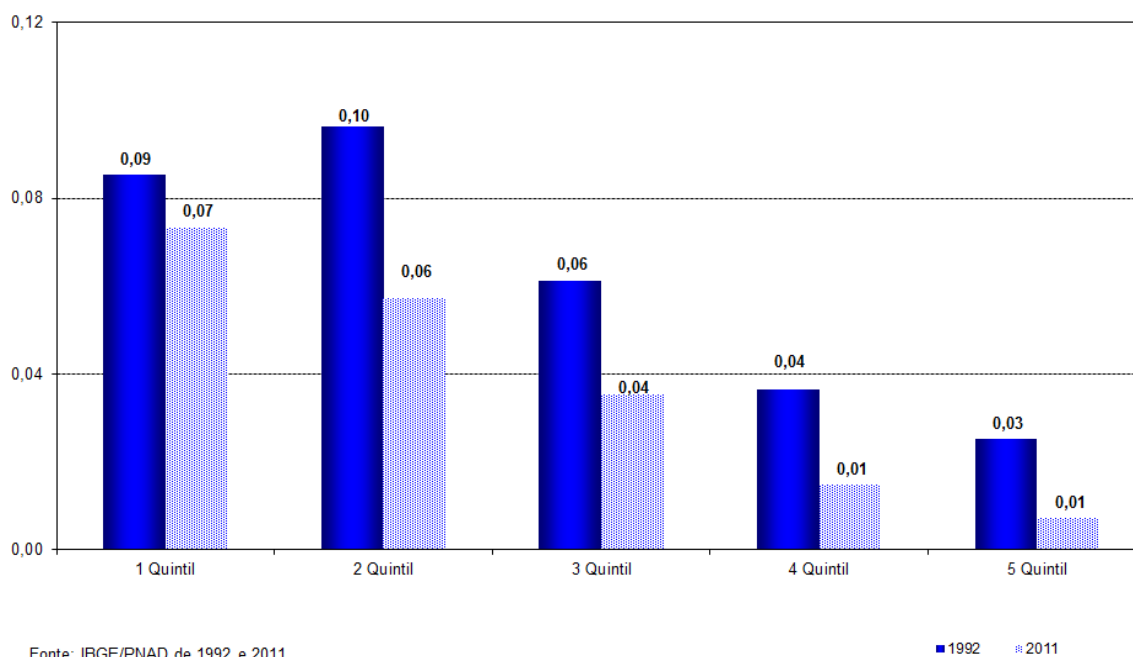


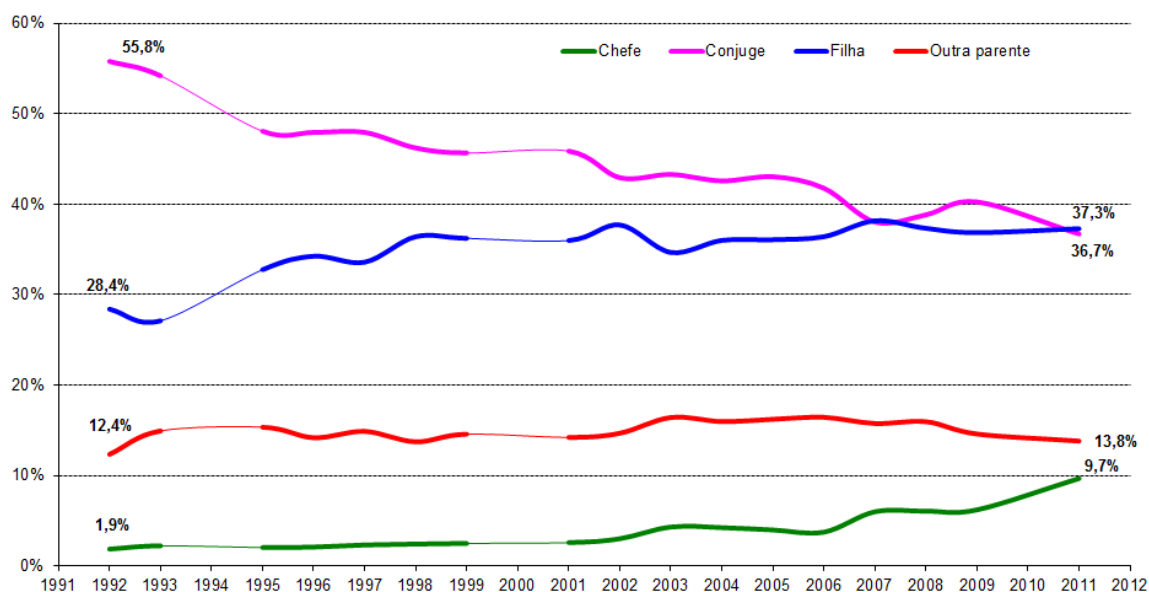
GRÁFICO 12A
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS POR QUINTIL DE RENDA **SEM CORREÇÃO**
BRASIL, 1992 E 2011



Entre as adolescentes que tiveram filhos predominaram as cônjuges, ou seja, pode-se dizer que a fecundidade ocorreu predominantemente em uma união, seja como consequência desta ou podendo ser levado à união. Isso significa mulheres que já tinham constituído o seu domicílio e viviam com um companheiro ou passaram a viver em união em decorrência da maternidade. No entanto, a proporção de mães cônjuges decresceu no período, passou de 55,8% para 36,7%. Por outro lado, aumentou a proporção de mães

adolescentes que estavam na condição de filhas e outros parentes, provavelmente netos. Nessas duas posições, estavam 51,1% das mães adolescentes. Ou seja, 433,6 mil mulheres de 15 a 19 anos já tinham tido filhos e viviam na casa dos pais ou avós. Na verdade, a proporção de filhas é semelhante à de cônjuges em 2011. Cresceu a proporção de mães adolescentes que chefiavam famílias – atingiu 9,7% em 2011 –, ou seja, 84,1 mil adolescentes eram mães e chefiavam famílias em 2011 (gráfico 13).

GRÁFICO 13
PROPORÇÃO DE MULHERES DE 15 A 19 ANOS QUE TIVERAM FILHOS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO
BRASIL, 1992 A 2011



Fonte: IBGE/PNADs

5. ESTRUTURAS FAMILIARES E O NOVO PAPEL SOCIAL DA MULHER

Segundo Lesthaeghe (1995), estão em curso três revoluções que afetam, profundamente, as estruturas familiares e, conseqüentemente, a social:

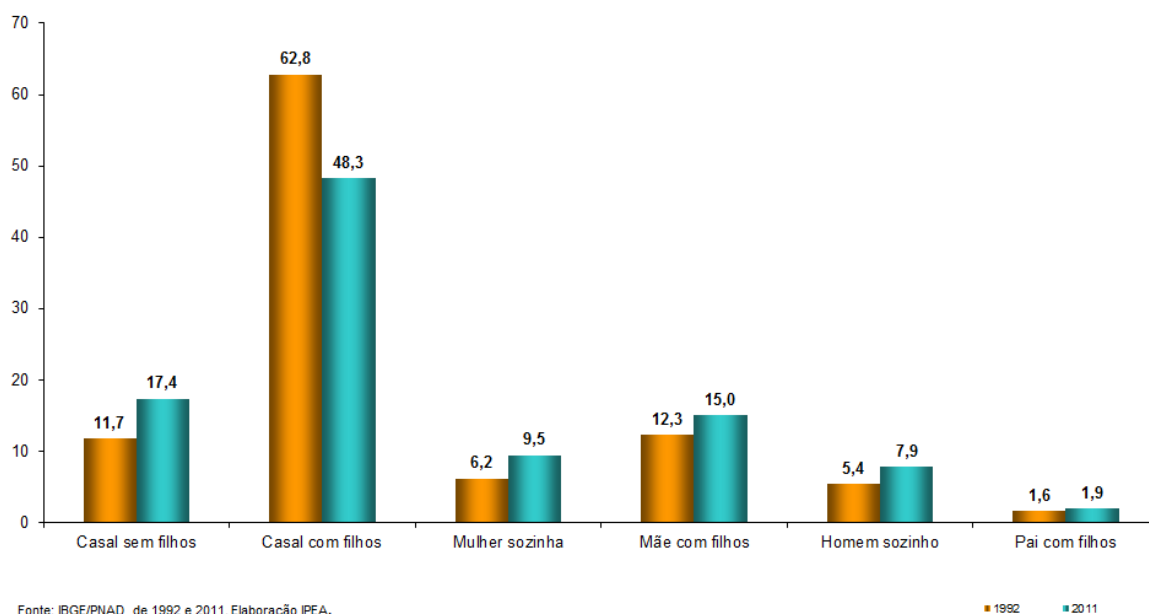
- revolução contraceptiva: dissociação da sexualidade da reprodução;
- revolução sexual, principalmente, para as mulheres: separação entre sexualidade e casamento;
- revolução no papel social da mulher e nas relações de gêneros tradicionais: homem provedor *versus* mulher cuidadora.

Essas revoluções estão em curso em quase todo o mundo desenvolvido e, também, no Brasil. Discute-se a seguir, brevemente, o impacto das segunda e terceira revoluções acima mencionadas nos arranjos familiares à luz dos resultados da PNAD de 2011.

O arranjo familiar predominante no Brasil é o do tipo casal com filhos, mas essa predominância vem decrescendo ao longo do tempo. Constituíam 62,8% do total de

arranjos em 1992 e passaram a constituir 48,3% em 2011, conforme mostra o gráfico 14. Esse tipo de arranjo se caracteriza pela predominância de chefes homens. Observou-se, no entanto, nos últimos 19 anos, um aumento expressivo de chefia feminina nesse tipo de arranjo, ou seja, no formado por casais. A proporção de arranjos do tipo casal com e sem filhos chefiados por mulher passou de 0,8% em 1992 para 12,1% em 2011. Neste ano, 7,4 milhões de famílias brasileiras encontravam-se nessa categoria.

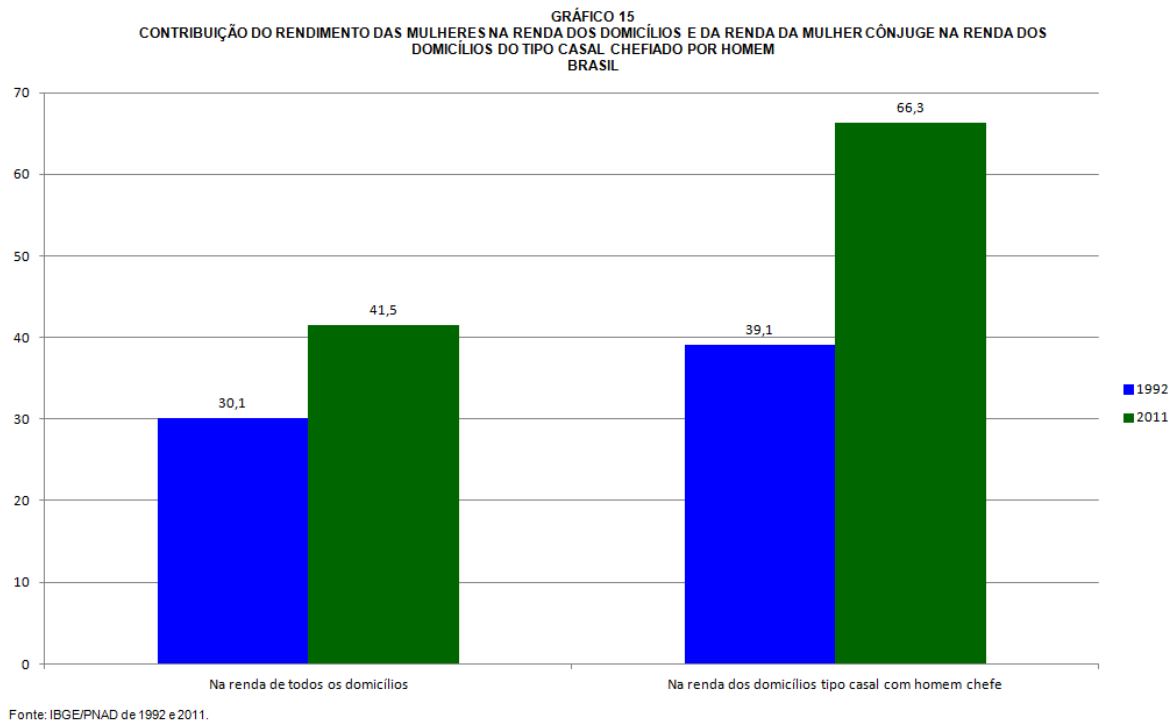
GRÁFICO 14
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARRANJOS FAMILIARES BRASILEIROS PELO TIPO DE ARRANJO



A redução na proporção de casais com filhos tem sido compensada pelo aumento das famílias constituídas por casais sem filhos e das monoparentais, principalmente as chefiadas por mulheres e de homens morando sozinhos. No segundo tipo de arranjo, o mais frequente era o do tipo mãe com filhos, que também cresceu no período. Passou de 12,3% para 15,0%. No total de arranjos brasileiros, a proporção dos formados por homens morando sozinhos cresceu de 3,7% para 6,2%. Ou seja, 3,7 milhões de homens brasileiros viviam sozinhos. A proporção para os domicílios formados por mulheres sozinhas passou de 3,9% em 1992 para 6,7% em 2011 e significa 4,0 milhões de mulheres vivendo sozinhas.

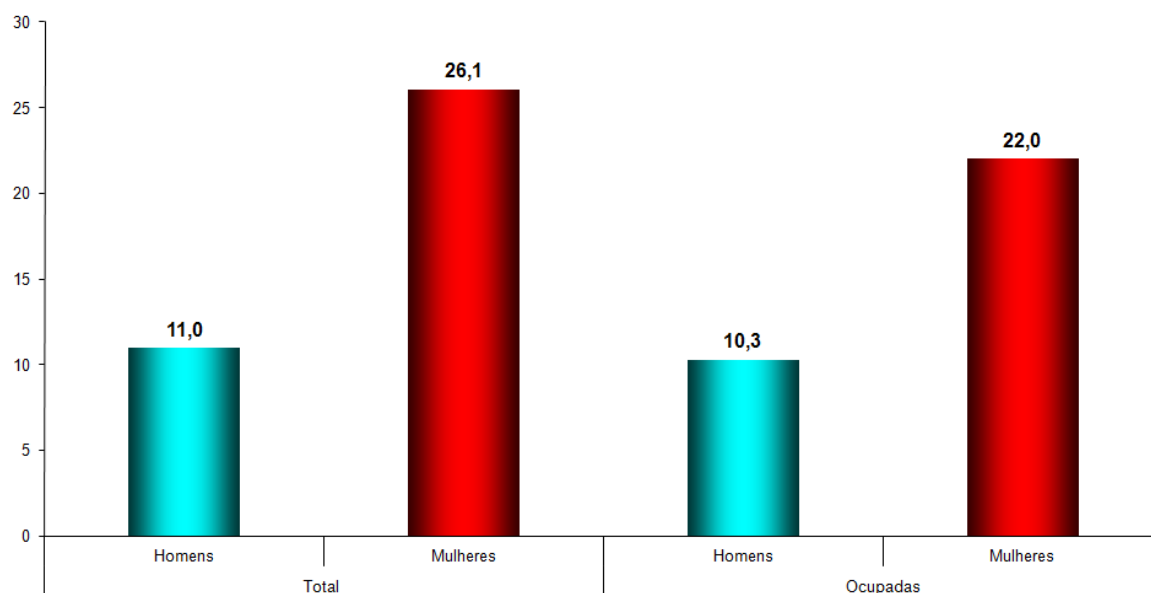
O aumento da proporção de domicílios chefiados por mulher guarda estreita relação com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Esses fatores provocaram algumas mudanças nas características dos domicílios brasileiros, alterando as relações tradicionais de gênero: mulher cuidadora e homem provedor. Um dos indicadores dessas mudanças é dado pelo aumento da contribuição da renda das mulheres na renda das famílias brasileiras. Essa passou de 30,1% para 41,5% (gráfico 15). Mais expressivo foi o

aumento da proporção de mulheres cônjuges que contribuem para a renda das suas famílias, ou seja, daquelas formadas por casal com chefe homem. Essa passou de 39,1% para 66,3% no período.



Apesar de a mulher brasileira estar assumindo o papel de provedora, ela continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico, mesmo na condição de ocupada, o que não apresentou variações expressivas no período. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2011 foi de 89,0% e a de homens, 46,8%. Mais expressiva foi a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. As mulheres ocupadas dispendiam, em média, 22,0 horas semanais e os homens, 10,3 (gráfico 16).

GRÁFICO 16
NÚMERO MÉDIO DE HORAS QUE DEDICAVA POR SEMANA AOS AFAZERES DOMÉSTICOS POR SEXO
BRASIL, 2011



Fonte: IBGE/Pnad de 2011.

Sintetizando, a família brasileira está mudando e a mulher é uma das grandes responsáveis por isso. Ela, hoje, está assumindo novos papéis sociais, como o de provedora, dada a sua participação no mercado de trabalho, mas ainda mantém os papéis tradicionais, como o de responsável pelas tarefas domésticas e cuidados com os membros dependentes. Por outro lado, a atual legislação previdenciária é ainda baseada nos papéis tradicionais, o que leva a que as mulheres se aposentem mais cedo que os homens, aproximadamente cinco anos, embora vivam sete anos a mais. Além disso, ela permite o acúmulo dos benefícios previdenciários, como o de pensão por morte e o da aposentadoria. Aproximadamente 11% das mulheres brasileiras de 60 anos e mais recebiam, em 2011, o benefício da aposentadoria e o da pensão por morte. Embora a legislação estabeleça que isso possa ocorrer tanto para homens quanto para mulheres, as mulheres são as maiores beneficiárias, pois vivem mais e se recasam menos quando viúvas.

A inserção crescente das mulheres nas atividades econômicas levará a que, num futuro próximo, mais mulheres passem a receber o benefício devido ao seu trabalho/contribuição. Isso pode resultar no crescimento da proporção de mulheres recebendo duplo benefício. No entanto, as mudanças nos arranjos familiares, especialmente na nupcialidade (separações), podem implicar uma redução da demanda por pensões por morte. Além disso, a queda da fecundidade, ou melhor, da maternidade, também deve ser considerada numa reestruturação dos sistemas de previdência social.

O sistema vigente que estabelece prazos diferenciados de trabalho/contribuição para o recebimento do benefício entre homens e mulheres tem como um dos objetivos

compensar as últimas pelo tempo passado na maternidade. Todas essas mudanças requerem repensar as formas (tempo, alíquota) de contribuição por parte das mulheres, os tradicionais benefícios (duplo ou não), o valor das pensões por morte (igual ao benefício do cônjuge ou fração deste) e fazer adaptações frente à nova realidade das famílias com mais de um provedor, das mulheres que mesmo casadas não têm filhos etc.

6. CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO IDOSA BRASILEIRA

O envelhecimento populacional é, hoje, um fenômeno mundial. É resultado das taxas elevadas de crescimento, dada a alta fecundidade prevalecente no passado, comparativamente à atual, e a redução da mortalidade nas idades avançadas. Isso se traduz no aumento do número absoluto e relativo de idosos, no tempo vivido por eles, no envelhecimento de certos segmentos populacionais, como a população economicamente ativa (PEA), no envelhecimento das famílias – crescimento do número de famílias nas quais existe pelo menos um idoso – e em mudanças nos arranjos familiares.

O processo do envelhecimento é muito mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, dado que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade etc. Altera, também, a demanda por políticas públicas e a pressão pela distribuição de recursos na sociedade. Por isso, suas consequências têm sido, em geral, vistas com preocupações por acarretarem pressões para transferência de recursos na sociedade, colocando desafios para o Estado, o mercado e as famílias.

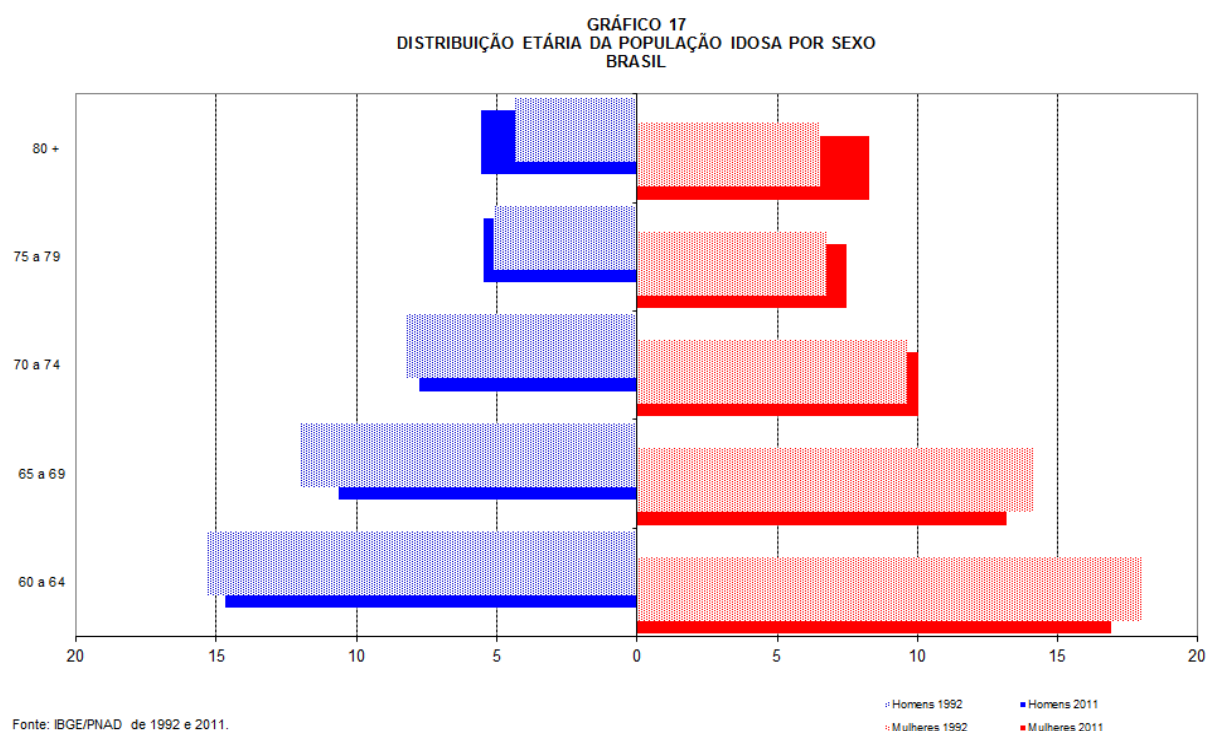
Reconhece-se que o envelhecimento individual é um processo de perdas físicas, mentais, cognitivas e sociais, o que traz vulnerabilidades. Essas são diferenciadas por sexo, idade, grupo social, raças e regiões geográficas etc. É diferenciado, também, o momento – a idade – em que elas se iniciam. Assume-se que políticas públicas podem ter um papel fundamental na redução do seu impacto sobre o indivíduo e a sociedade. Quatro são as políticas mais importantes para a população idosa: renda para compensar a perda da capacidade laborativa – previdência e assistência social –, saúde, cuidados de longa duração e a criação de um entorno favorável – habitação, infraestrutura, acessibilidade, redução de preconceitos etc. O caso brasileiro ilustra bem como as políticas de renda têm reduzido a associação apontada pela literatura entre envelhecimento e pobreza.

6.1 A População Idosa

Como se mencionou anteriormente, foi no período 1950-1970 que se verificaram as mais altas taxas de crescimento populacionais, o que resultou em uma coorte de nascimentos numerosa. Além disso, essa coorte foi beneficiária dos avanços da redução da mortalidade nas várias idades ao longo do seu ciclo de vida e hoje está entrando na idade que se convencionou chamar de idosa. Ou seja, é uma coorte formada por um número

elevado de nascimentos e de sobreviventes. São os *baby boomers* se transformando nos *elderly boomers*.

As estimativas da PNAD apontam para um contingente de aproximadamente 23 milhões de pessoas com 60 anos e mais. Salienta-se que este é um intervalo etário bastante amplo que se estende dos 60 aos 100 anos, o que torna esse segmento bastante heterogêneo. Pode-se observar no gráfico 17 que, além da heterogeneidade por idade, a composição desse grupo é diferenciada por sexo. Predominam as mulheres, principalmente nas idades mais avançadas, e os idosos mais jovens. Por isso se fala da “feminização da velhice”. Entre 1992 e 2011, observou-se um envelhecimento da população idosa. A proporção do grupo que tinha mais de 70 anos aumentou, e a de 60 a 69 anos diminuiu.



A heterogeneidade da população idosa extrapola a por idade e sexo. A tabela 1 apresenta alguns indicadores que mostram a situação desse grupo em termos de participação na atividade econômica, posse de benefício social e posição na família em 1992 e 2011. Pode-se observar que aproximadamente um terço dos homens participava das atividades econômicas em 2011, proporção que fora de 46,9% em 1992. Isso se deve à expansão da cobertura da Seguridade Social e ao envelhecimento do segmento. A proporção de beneficiários aumentou no período. Aproximadamente 55% da PEA idosa masculina era constituída por homens já aposentados. Embora muito baixa, a proporção de homens que não trabalhavam, não procuravam trabalho e não eram aposentados cresceu

no período; passou de 4,0% para 6,7%. A grande maioria dos homens idosos era chefe de família ou cônjuge. Ou seja, residiam no seu próprio domicílio.

TABELA 1
PROPORÇÃO DE IDOSOS POR SEXO SEGUNDO CATEGORIAS
BRASIL

	1992			2011		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Idosos	45,1	54,9	100,0	44,1	55,9	100,0
60 a 79 anos	90,4	88,2	89,2	87,4	85,2	86,2
80 anos ou mais	9,6	11,8	10,8	12,6	14,8	13,8
Sem rendimento	3,0	26,8	16,1	3,7	13,4	9,1
PEA pura	23,2	9,6	15,7	16,4	6,7	11,0
PEA aposentada	23,7	4,5	13,1	18,1	5,7	11,2
Aposentado puro	49,2	39,8	44,0	57,2	52,6	54,6
Aposentados	72,8	44,3	57,2	75,3	58,3	65,8
Não estão na PEA e nem aposentados	4,0	46,1	27,1	6,7	33,8	21,9
Chefes ou cônjuges	91,9	83,6	86,1	92,6	87,9	89,3

Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2011.

A composição do grupo feminino é bastante diferenciada do masculino, fortemente afetada pela sua baixa participação no mercado de trabalho. Essas eram mais velhas, um terço delas não trabalhava e não era aposentada, proporção que decresceu no período. Por outro lado, aumentou a proporção de aposentadas. Também é alta a proporção de mulheres que eram chefes ou cônjuges.

6.2 Trabalho e Renda

Como se pode observar na tabela 1, aproximadamente 96,3% dos homens idosos e 86,6% das mulheres idosas tinham algum rendimento. Deste rendimento, 57,6% da renda dos homens e 53,9% da das mulheres vinha da aposentadoria. No caso das mulheres, 28,2% vinha da pensão por morte (ver gráfico 18). Os benefícios da seguridade social – previdência urbana, previdência rural, assistência social e as pensões por morte – cobriam aproximadamente 76,2% da população idosa em 2011, ou seja, aproximadamente 17,9 milhões de idosos¹¹. Esse percentual era aproximadamente igual entre homens e mulheres, 76,7% e 75,7%, respectivamente. Pode se observar, no gráfico 19, um crescimento no período 1992 e 2011 da proporção de beneficiários que ocorreu, principalmente, entre os idosos do sexo masculino nas idades mais jovens, 60 a 70 anos.

¹¹ Aqui estão considerados apenas os beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos.

GRÁFICO 18
COMPOSIÇÃO DA RENDA DO IDOSO POR SEXO
BRASIL, 2011

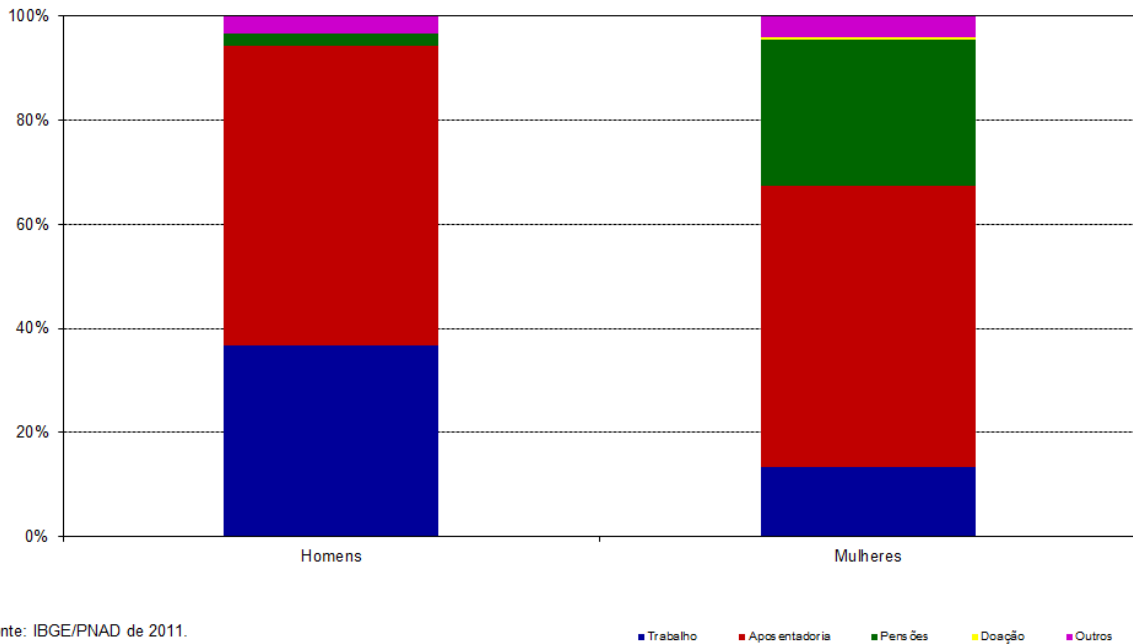
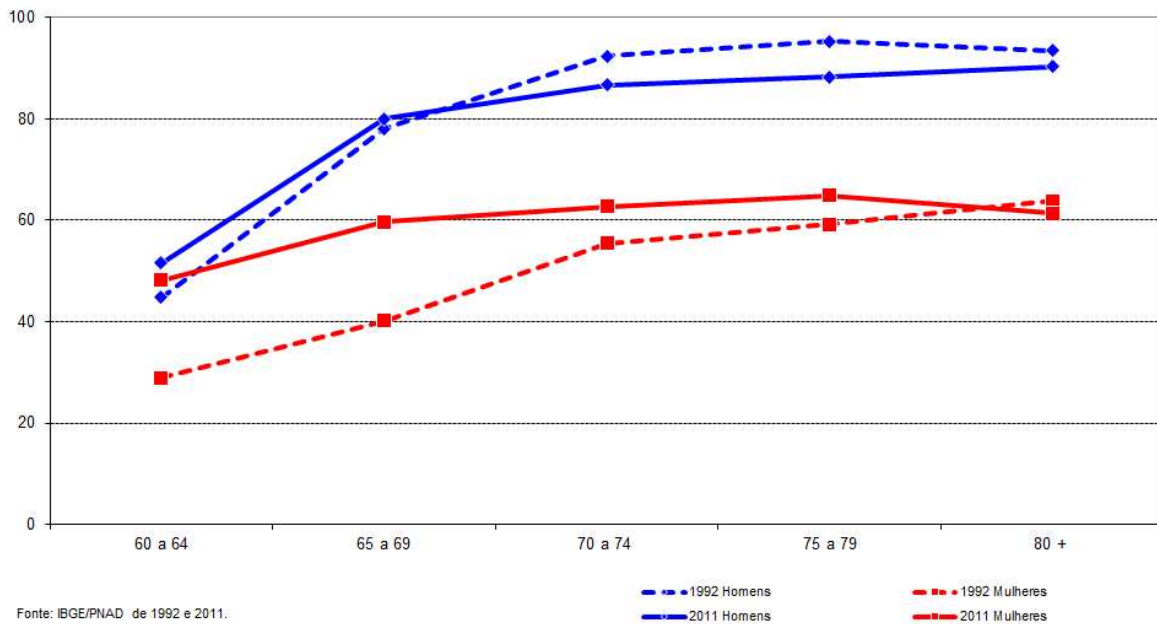


GRÁFICO 19
PROPORÇÃO DE IDOSOS QUE RECEBEM BENEFÍCIOS DA SEGURIDADE SOCIAL POR IDADE E SEXO
BRASIL



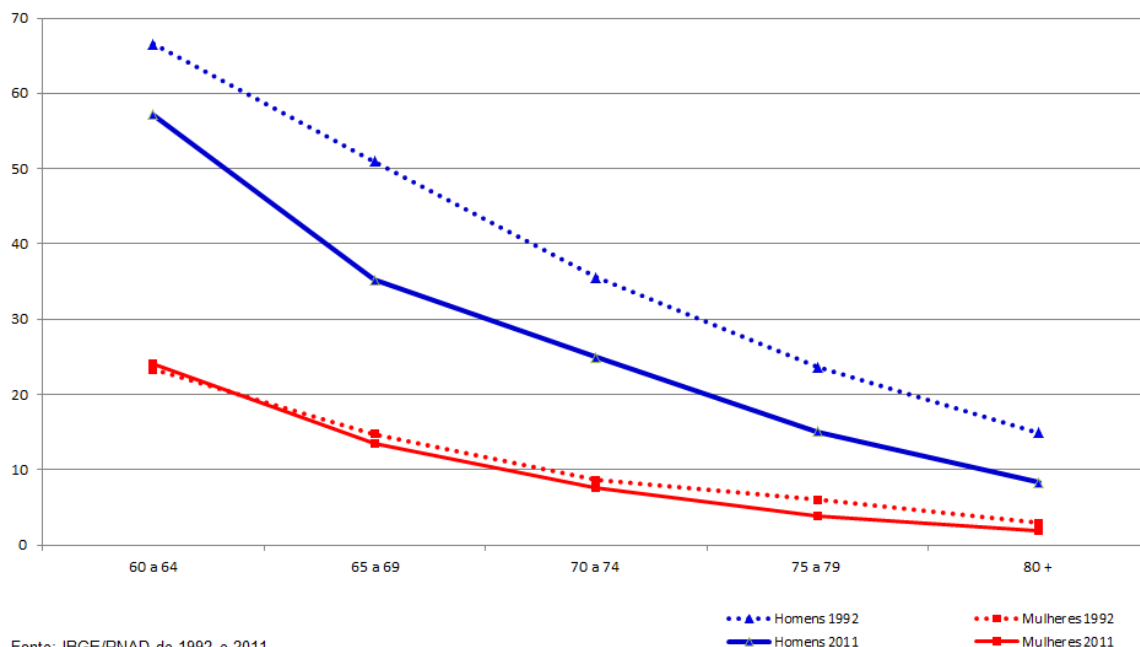
A renda do trabalho contribuía com 36,7% e 13,4% da renda dos homens e mulheres, respectivamente. O trabalho para os idosos é importante não só pela renda que aporta, mas é, também, um indicador de autonomia e de integração social. Em 2011, entre os homens, 39,8% trabalhavam e entre as mulheres, 16,4%. A baixa participação feminina no mercado

de trabalho reflete a sua baixa participação quando mais jovens. Isto torna as mulheres idosas mais dependentes da renda da Seguridade Social e/ou da renda de outros membros da família (gráfico 19).

Os idosos brasileiros movimentaram em setembro de 2011 aproximadamente R\$ 28,5 bilhões, dois quais 69,5% eram oriundos da Seguridade Social. Esse valor correspondia a aproximadamente 19,4% da renda de todos os brasileiros e 64,5% da renda dos domicílios onde residem.

O gráfico 20 apresenta as taxas de atividade da população idosa por sexo e grupo de idade. Pode-se observar um decréscimo nessas taxas para a população masculina. As perspectivas que se colocam para o médio prazo são as de um aumento na participação da população idosa nas atividades econômicas. Isso ocorrerá, em grande parte, devido ao ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, ocorrido a partir dos anos 1970. Por outro lado, a redução da oferta de força de trabalho aliado às pressões no sistema previdenciário implica a necessidade de se manter o trabalhador na ativa o maior número de anos possível. Salienta-se que isso requer uma política de saúde ocupacional para diminuir as saídas do mercado de trabalho via aposentadoria por invalidez, diminuir as taxas de absenteísmo, reduzir os preconceitos com relação ao trabalho do idoso e capacitá-los para que os idosos possam acompanhar as mudanças tecnológicas.

GRÁFICO 20
TAXA DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO IDOSA POR IDADE E SEXO
BRASIL

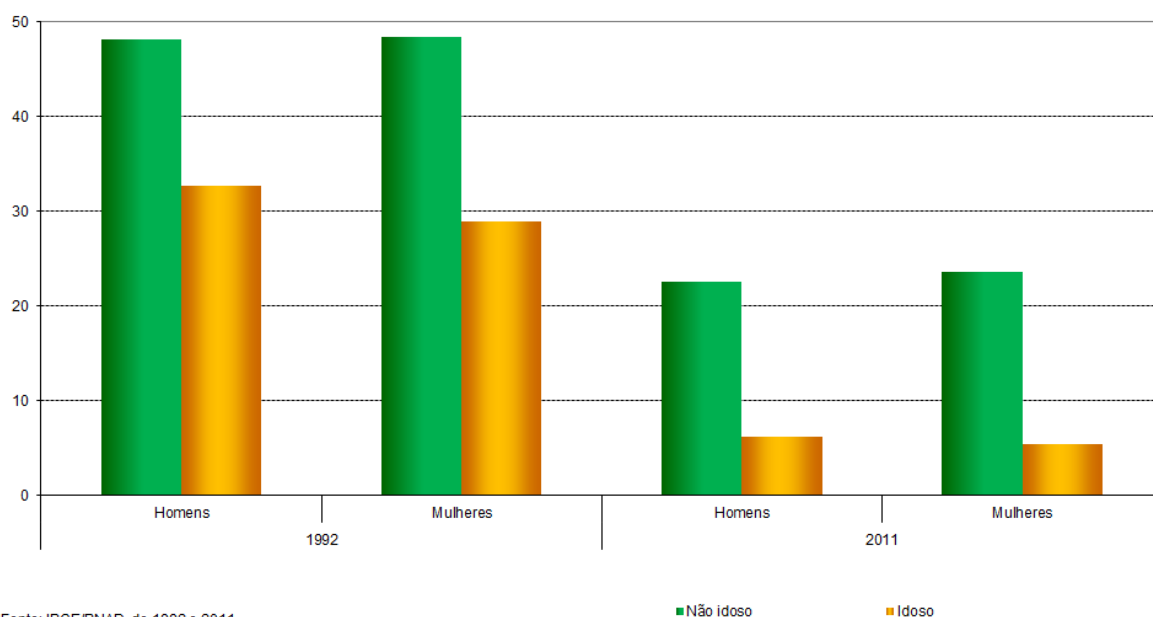


Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2011.

6.3 Pobreza entre os idosos

Como o piso para o benefício social estabelecido pela Constituição Federal de 1988 é de um salário mínimo, uma das consequências da ampliação da cobertura da Seguridade Social é uma proporção menor de pobres entre os idosos comparativamente aos não idosos. O percentual de idosos pobres e indigentes do sexo masculino experimentou uma forte redução; passou de 32,7% em 1992 para 6,2% em 2011. A proporção comparável para as mulheres foi reduzida em mais de 20 pontos percentuais, ou seja, passou de 28,9% para 5,4% (gráfico 21).

GRÁFICO 21
PROPORÇÃO DE IDOSOS E NÃO IDOSOS POR SEXO QUE RESIDEM EM DOMICÍLIOS POBRES
BRASIL

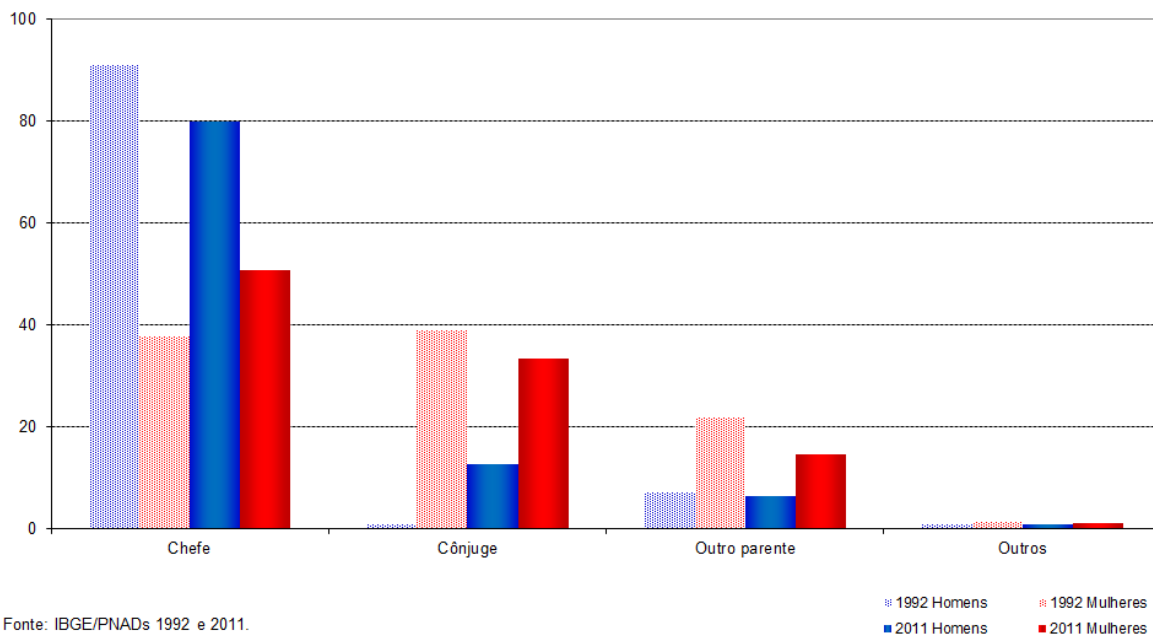


Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2011.

6.4 Composição Familiar

A melhora na situação da renda dos idosos, bem como na de sua saúde/autonomia, acarretou mudanças na sua posição na família. O aumento na proporção de idosos e, principalmente, de mulheres idosas chefes de família ou cônjuges e a redução na proporção de idosos vivendo na casa de filhos, genros, noras, irmãos ou outros parentes foi uma das mudanças importantes verificadas no período 1992-2011. Isso aponta para uma redução da dependência dos idosos sobre as famílias. Essa mudança foi mais acentuada entre as mulheres, pois foram elas que apresentaram em 1992 a mais elevada proporção de residentes em casa de parentes e a mais baixa proporção de chefes de família. A chefia da família passou a ser o *status* predominante, também, das mulheres idosas (gráfico 22).

GRÁFICO 22
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DA POPULAÇÃO IDOSA POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO E SEXO
BRASIL



Em 2011, aproximadamente 15,0 milhões de idosos brasileiros chefiavam famílias. Destes, 55,4% eram homens. Dos 5,7 milhões de idosos que estavam na condição de cônjuges, 77,1% eram mulheres. Em aproximadamente 6,5 milhões de famílias onde o idoso era chefe ou cônjuge, encontravam-se filhos adultos¹² residindo. E em 2,2 milhões, netos¹³. Nas famílias em que o idoso era chefe ou cônjuge com filhos adultos, os idosos contribuíam com 52,9% da renda familiar. Ou seja, acredita-se que os idosos brasileiros de hoje estão invertendo a tradicional relação de dependência apontada pela literatura. A grande maioria deles tem assumido o papel de provedor, mesmo dependendo de cuidados, como já se viu em outros trabalhos¹⁴.

Por outro lado, 1,9 milhão de idosos brasileiros moravam na casa de filhos, genros ou outros parentes. São pessoas que, na falta de autonomia para lidar com as atividades do cotidiano e/ou de renda, buscam ajuda com parentes. Entre esses, predominam as mulheres, 74,3%, dado, provavelmente, ao fato de viverem mais, ficarem, portanto, viúvas, e experimentarem um período maior de vulnerabilidade física e/ou mental. Nas famílias com idosas morando na casa de filhos, genros ou outros parentes, elas contribuem com aproximadamente 21,5% na renda familiar. São as pessoas mais vulneráveis, potenciais vítimas de violência familiar e potenciais demandantes de uma política de cuidados – instituições de longa permanência, centros dia, hospitais dia e cuidado profissional domiciliar.

¹² Foram definidos como filhos adultos aqueles com 21 anos ou mais.

¹³ Foram definidos como netos crianças na posição no domicílio de “outros parentes” que tivessem até 14 anos de idade.

¹⁴ Ver, por exemplo, Camarano e Kanso (2010).


Referências

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011 (Texto para Discussão, n. 1426).

Camarano, A. A. & Kanso, S. 2010. Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNADS. In A. A. Camarano (ed.). *Cuidados de Longa Duração para a População Idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: Ipea.

IPEA. A oferta de força de trabalho brasileira: tendências e perspectivas. In: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006, p. 69-118.

LESTHAEGHE, R. The second demographic transition in western countries. In: MASON, K. O.; JENSEN, A-M. (Ed.). **Gender and family change in industrialized countries**. Oxford: Clarendon Press, 1995.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República